



PREFEITURA DE SOROCABA
Secretaria da Fazenda
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MOBILIÁRIA

Autuar ou apensar à:

Recepcionado em:

SOLICITAÇÃO PARA IMUNIDADE DO ISSQN

DOCUMENTOS OBRIGATORIOS:

- Última Alteração do Contrato Social Consolidado;
- Anexar cópia do Estatuto, Contrato Social e Ata da Eleição da atual diretoria;
- O Requerente deve ser o Responsável Legal, Contador (habilitado no cadastro) ou Procurador – Anexar cópia do RG ou CNH e Procuração (se for procurador).
- Cópia do CEBAS e CMAS;
- Preencher **Anexo I - DECLARAÇÃO**
- O pedido será analisado pelo Auditor Fiscal e sempre que necessário, o mesmo poderá solicitar documentação complementar de acordo com o pedido.

Dados da Empresa e do Requerente

Razão Social			
Inscrição Municipal		CNPJ	
Endereço completo (Rua, Av. Alameda ou Praça)			Número
Complemento	Bairro	Cidade	UF
CEP	(DDD) Telefone*	Correio Eletrônico (E-mail)*:	
Representante			
Qualificação	CPF	RG / RNE Nº.	UF

***Informações Imprescindíveis**

Endereço para envio de notificação: O mesmo do cadastro Fiscal Mobiliário? () Sim, se **NÃO**, informar abaixo:

Endereço completo (Rua, Av. Alameda ou Praça/Complemento)			Número
CEP	Bairro	Cidade	UF

INFORMAR ABAIXO:

Possui CEBAS? SIM NÃO

Possui CMAS? SIM NÃO

Ao Sr. Chefe da Divisão de Fiscalização Tributária Mobiliária, venho solicitar Imunidade do ISSQN:

<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

Nos termos pede deferimento,

Sorocaba,

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

IMUNIDADE DO ISSQN

ANEXO I – DECLARAÇÃO

1. Eu, **NOME, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO**, portador do RG nº **Nº RG** e do CPF nº **Nº DO CPF**, residente e domiciliado(a) na **DADOS DO ENDEREÇO E Nº, CIDADE/ESTADO**, presidente da **NOME DA ENTIDADE**, CNPJ nº **Nº DO CNPJ**, I.M. **Nº DA IM**, situado na **DADOS DO ENDEREÇO E Nº**, Sorocaba/SP declaro que a associação em questão é instituição sem fins lucrativos que exerce atividades preponderantemente de assistência social e preenche os requisitos previsto pelo artigo 14 do CTN, quais sejam:
I – a associação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, ou seja, não distribui qualquer lucro com seus sócios e todo recurso arrecadado é reinvestido nas atividades essenciais da entidade;
II - aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
III - mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão”.
2. Ainda, declaro que a sociedade não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 2º do decreto nº 14.121/2004
3. Por fim, declaro que tenho conhecimento de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis, previstas no artigo 299* do Código Penal e às demais combinações legais aplicáveis.

Por ser a mais pura expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local e data: _____, ____ de _____ de _____

(assinatura do responsável legal)

(assinatura do responsável contábil)

***Código Penal – FALSIDADE IDEOLÓGICA Art. 299:** Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.